

APRESENTAÇÃO

Um olhar para o futuro: Trabalho e Presença

É com esse propósito público que o Governo do Pará inicia a tarefa de transformar a vida de todos os paraenses. O Estado do Pará dotado de potencialidades e territorialidade peculiar requer intervenção governamental que altere os atuais indicadores sociais, econômicos e ambientais. Com efeito, a profissionalização da gestão pública será propulsora à eficiência, eficácia e efetividade de ações e programas, com destaque à busca pela qualidade do gasto e o aumento de receitas públicas.

O planejamento permite estabelecer as estratégias e o horizonte das políticas públicas e programas, e deve alinhar-se às dimensões sub-regionais do estado. Como importante agenda governamental, a integração territorial balizará o conjunto das ações e a avaliação dos impactos socioeconômicos.

O Estado do Pará é marcado por uma dinâmica socioeconômica desigual. No âmbito do comércio exterior (2018), por exemplo, o desempenho positivo da balança comercial alcançou U\$14,4 bilhões, equivalente ao 2º lugar no ranking nacional, por lado, obteve em 2018 de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Desenvolvimento Humano (IDH) de 6,46 correspondendo ao 24º lugar, quando comparado aos demais estados do País. Dentre outras variáveis, tal disparidade retrata a baixa internalização do crescimento econômico nas regiões de integração.

Os desafios educacionais exercem particular relevância no processo de desenvolvimento social, em função de seus efeitos multiplicadores aos demais indicadores. De acordo com o Censo Escolar/MEC, em 2018, a taxa evasão escolar do ensino médio referente à rede estadual, atingiu 25%, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o Ensino Médio, aferido em 2017 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), apresenta-se desde 2013, resultado inferior à meta projetada, conforme demonstra o comportamento histórico estadual do referido índice (Gráfico1). Atualmente o Pará é o 26º no *Ranking* Nacional.

Como instrumento de planejamento de médio prazo, o Plano Plurianual alinha-se estrategicamente às principais diretrizes de governo, Plano de Governo, fundamento para a estruturação dos Programas temáticos e seus Objetivos. A dimensão político-estratégica do PPA 2020-2023 corresponderá ao conjunto das entregas à sociedade no período de quatro anos, representada na etapa de formulação do Plano, em doze audiências públicas regionalizadas. Além disso, resultante do processo de escuta social, o PPA foi referendado pelas demandas representativas e de organizações não governamentais entregues em ações itinerantes do Governo e, ainda, pelas participações *on-line*.

O PPA 2020-2023 expressa o conjunto de prioridades da administração pública e seus resultados, a cada exercício, subsidiarão o aperfeiçoamento da gestão pública e o exercício do controle social pela sociedade. Para tanto, além das orientações legais e normativas das políticas públicas, os programas e ações serão alinhados aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

Essa sinergia institucional aproximará os esforços da ação governamental orientadas pelas Diretrizes de Governo: Sociedade de Direitos, Crescimento Inteligente, Equilíbrio Fiscal e Modernização Institucional, aos eixos estruturantes dos ODS quais sejam: econômico, institucional, infraestrutura e ambiental.